

Linguagens e narrativas no conhecimento histórico contemporâneo

Luís Manuel Domingues*

Resumo

Neste artigo, faremos uma análise e crítica das linguagens e narrativas presentes, na atualidade, no conhecimento histórico. Primeiramente, abordaremos a concepção que fundamenta a historiografia denominada de pós-moderna e/ou de pós-estruturalista, nominalista, foucaultiana, voltadas à empreitada de desconstrução da concepção de história arquitetada pela modernidade e para a negação de seu paradigma: a existência do sujeito histórico e de sua capacidade de agir sobre o seu real e o seu passado, presente e futuro. Num segundo momento, a partir dos paradigmas da modernidade, principalmente, o do marxismo, operaremos uma reflexão analítica da linguagem e da narrativa da produção do conhecimento histórico calcada na tradição da modernidade, fundada na reflexão crítica sobre a realidade histórica e pelo reconhecimento da capacidade do sujeito histórico de construir um projeto e elaborar estratégias de transformação da sociedade humana.

Palavras-chave: conhecimento histórico; narrativas; modernidade; pós-modernidade, crítica.

Languages and narratives in the contemporaneous historical knowledge

Abstract

In this Article, we shall make an analysis and critique regarding to the present languages and narratives, nowadays, regarding to the historical knowledge. Firstly, we shall deal with the conception that founds the historiography denominated as postmodern and/or poststructuralist, nominalist, foucaultian, directed to the disconstruction undertaking concerning the schemed history conception designed by modernity and directed, too, to its paradigm a refusal: historical subject existence and his acting capacity on the real one and his past, present and future times. In a second moment, departing from modernity's paradigms, picipally, meanly the marxism's that one, we shall operate, accomplish analytical reflection regarding to the language and to the historical knowledge production narrative, based on the modernity's tradition, founded upon the critical reflection on the historical reality and through the historical subjects recognition capacity in relation to an own project construction and strategies elaboration toward human society transformation.

Key words: historical knowledge; narratives; modernity; post-modernity; critique.

1 A crítica pós-moderna a concepção de História da modernidade

A História, como a que foi produzida pela modernidade, é, para alguns críticos contemporâneos, um caso irreconciliável de teleologia. Segundo esses críticos, que podemos denominar de pós-alguma coisa¹, ela se fundava na crença de que o mundo estava rumando inexoravelmente em direção a algum objetivo predeterminado, imanente ao conjunto do processo histórico, que provia e determinava a dinâmica para esse desenrolar inexorável. A história, portanto, dispunha de uma lógica própria, que cooptava os projetos aparentemente livres para seus fins inescrutáveis. Poderia haver um ou outro retrocesso, mas, de um modo geral, a história das sociedades humanas seria linear, progressiva e determinista.²

A concepção de História da modernidade se contraporia a outras concepções forjadas pela tradição arcaica³ e por uma cultura emergente nomeada de pós-moderna. Grosso modo, a primeira teria uma concepção da história mais estática e cíclica, prevalecendo uma certa passividade do sujeito e dos grupos sociais; já a segunda estabelece como fundamento à intensificação da multiplicidade de sentidos e a desconfiança em relação a toda explicação abrangente ou de pretensões exaustivas, principalmente, em relação ao sentido emancipador do homem diante da história, promovendo, nesse sentido, o esvaziamento das metanarrativas.

As duas concepções de história, a arcaica e a pós-moderna, servem aos críticos pós-modernos, que se insurgem contra a concepção de História da modernidade, para negar que essa possa forjar uma história mais dinâmica do que aquela regida pela consciência humana mediada pela experiência vivida no mito ou pela relação de submissão/expressão e criação que o indivíduo contemporâneo pode promover e/ou viver no seu micro ou fragmento em relação à subjetividade que o capitalismo produz, portadora de funções de culpabilização, segregação e infantilização que deposita sobre o mesmo⁴. Seja como for, as duas propostas de relatar a história em oposição à metanarrativa histórica possui um caráter de verdade absoluto, real, indiscutível, indubitável, pois os seus denominadores comuns ou invariantes são as estruturas linguísticas e as práticas discursivas. Isto é: pressupõe-se

uma impossibilidade de conhecer a realidade, pois ela é composta de fragmentos e circunstâncias particulares, portanto, todos os relatos se valem pela força de sua argumentação, pela sua construção e por seus recursos. Nesse sentido, a concepção de história nutrida pelos críticos pós-modernos eleva-se à categoria de uma história sacralizada tida como verdadeira, aproximando-se, assim, do mito e adquirindo um caráter a-local e a-histórico. Não é à toa que os mesmos críticos, ao mesmo tempo em que propõem uma história de caráter pós-moderna, nutrem uma simpatia incomensurável pela história de caráter arcaico fundada no mito, que de certa forma o buscam em suas investigações ao abordarem os objetos de estudos a partir do primado da significação e ressignificação, sobrevalorizando um tratamento expositivo que procura se valer mais da imaginação e criação, com pretensões de dimensões artísticas, e que volta e meia classificam de narrativa, em detrimento do tratamento analítico e crítico. Assim sendo, a história é uma escritura e uma narrativa (construção/tradução/transformação/revelação da consciência de cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos), e não como a história, detentora de um *telos*, que apresenta a possibilidade de realização criativa de objetivos e ideais e que se move por utopias, que outrora fora firmado pela modernidade na concepção de que o ser humano é ativo e construtor e que nele existe um potencial de transformação e de crescente capacidade de poder emancipar-se.

Mas a constatação de uma concepção de História fundamentada na teleologia não é uma exclusividade dos críticos pós-modernos. A crítica é, em certa medida, compartilhada por pensadores e ensaístas contemporâneos que se colocam no campo da tradição da modernidade. É o caso de Sergio Paulo Rouanet, que, em seu livro *As razões do iluminismo*, produz uma crítica à história, que chama de desinteressante, aquela (a convencional) que reduzia a trajetória humana a uma sucessão de datas, num palco em que gesticulavam reis e generais.⁵ Mas Rouanet vai mais além do que essa crítica e se aproxima dos críticos pós-modernos ao classificar certas maneiras de pensar e escrever a história. Para o autor, a produção historiográfica preocupada com os movimentos quantitativos da produção, circulação e consumo é também desinteressante, pois as coisas assumem um caráter fetichista e se convertem em sujeitos históricos capazes de ex-

plicar a dinâmica da história a partir da compreensão de suas flutuações, expurgando e/ou secundarizando o homem como sujeito da história. Contudo, é na crítica a um certo materialismo histórico que Rouanet mais se aproxima dos pós-modernos. Na crítica desenvolvida, o autor questiona a concepção histórica do chamado marxismo vulgar, salientando que nas suas compreensões e explicações da história

não havia mais pessoas; só havia estruturas. (...) só havia um estranho personagem chamado ‘modo de produção’, que estava presente em Esparta e Tebas, e produzia sempre os mesmos efeitos.⁶

Mas aqui terminam as aproximações entre o autor e os críticos pós-modernos, pois, para Rouanet, fazendo uma rememoração do ensino da história em épocas passadas, lembra que ela tinha fins edificantes e uma função cívica e patriótica, e era a história que se contava como estórias com um enorme componente lúdico. Já os estudos históricos, de Michelet a Marx, continua o autor, era uma história não só com

a capacidade de estimular o pensamento, mas também o imaginário, de fazer-nos sofrer sofrimentos que não são nossos, de viver experiências que não nos pertencem, de evocar o passado, trazendo-o para o presente, de projetar no passado nosso presente, reconhecendo-o como algo único e ao mesmo tempo como a repetição de velhos protótipos...⁷

Sem, contudo, que ela, a história, deixa-se ser científica, mas que era também capaz de compreender o ser humano como um sujeito histórico ativo e construtor, embutido de um potencial de transformação e de um crescente desejo de emancipação. Nesse sentido, a crítica de Rouanet se volta contra o reducionismo, o esquematismo e o simplismo de caráter mecanicista e econômico-determinista da concepção de história teleológica alinhavada pelos marxistas vulgares.

A mesma crítica já havia sido desenvolvida por Walter Benjamin, no seu texto *Sobre o Conceito de História*⁸. Nesse conjunto de teses, Benjamin denuncia uma concepção de história calcada na

teleologia, que procura manipular o curso e preconizar os resultados da história humana direcionado para fins e valores de dominação - sobre a natureza e o homem -, ou como ele mesmo afirma: *O fantoche chamado 'materialismo histórico' ganhará sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teleologia.*⁹ Mas o que ele aqui denomina de materialismo histórico tem um endereço certo, trata-se de um conjunto de esquemas simplistas e mecanicistas de tipo econômico-deterministas e de uma concepção teleológica da história arquitetada pelo o que, à época, já se classificava de marxistas vulgares. Eram esses marxistas vulgares que definiam a compreensão e explicação das coisas materiais produzidas pelos homens a partir de uma utilidade exterior aos mesmos e orientadas para uma lógica da dominação da natureza, e, através dela, para a dominação sobre os homens, fazendo desses não sujeitos históricos, mas os seus peões. Isto fica claro quando Benjamin crítica o conceito de trabalho proposto pelos marxistas vulgares:

Esse conceito de trabalho, típico do marxismo vulgar, não examina a questão de como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que deles não dispõem. Seu interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade.¹⁰

Pois, para o autor, a *ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo*¹¹. É, portanto, a predisposição compulsória ao sacrifício e a renúncia à felicidade pelo homem sob o jugo de um mundo reificado. Por outro lado, Benjamin se volta para uma definição de materialismo histórico, fundamentada agora em Karl Marx, o materialismo histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas para no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, *o materialismo histórico faz desse passado uma experiência única*¹². Aqui o materialismo histórico de Marx ganha um caráter de transcendência: é dirigido para a demolição do projeto de dominação

e um vetor mobilizador de emancipação. Nesse sentido, tanto Benjamin como Rouanet se voltam e se instalam, através de Marx, no terreno da modernidade como o movimento capaz de articular uma prática libertadora.

Essa pretensão não é reconhecida pelos críticos pós-modernos. Para eles a concepção de história da modernidade e, principalmente, a forjada no bojo do marxismo resultaram numa teleologia que forçou a uma unidade de uma narrativa única que findou nos horrores do holocausto e no totalitarismo soviético. Pois ao dispor de uma lógica própria, a concepção teleológica de História resistiu e dissipou outras lógicas, anulou a pluralidade cultural, cooptou projetos aparentemente livres, mostrando-se incapaz de prover um homem que viesse a ter domínio sobre a sua história coletiva ou pessoal. Mas a pergunta que poderíamos fazer é se, de fato, a modernidade e tradição marxista fundada por e em Marx alguma vez esboçaram uma concepção de história teleológica calcada na crença de que os homens e as suas sociedades estavam rumando irremediavelmente em direção a um objetivo predeterminado com fins inescrutáveis.

Marx é quase sempre o escolhido para ser acusado como o principal responsável pela formulação desta concepção de história. Contudo, uma leitura atenta de suas obras nos mostra que ele não nutria outro sentimento que não a ojeriza pela ideia de que havia algo chamado História que dispunha de objetivos e leis de noção independente dos seres humanos. O seu materialismo histórico e o seu projeto de uma sociedade socialista de fato propõem um certo *telos*. Mas é sempre calcado na possibilidade de agir e construir uma ordem social mais justa, livre, racional e compassiva.

Mas o que dizer dos pós-modernistas que propagam a ideia de que tanto a modernidade como o *telos* marxista ia dar inevitavelmente nos campos de concentração e nos *gulag* soviéticos. Poderíamos supor, utilizando a mesma lógica de raciocínio dos pós-modernos, que estão propondo com isso uma teleologia bem mais ambiciosa e impecavelmente mais precisa do que a teleologia que credita à História concebida pela modernidade e pelo *telos* marxista.

2 O paradigma pós-moderno de História

Os teóricos da pós-modernidade compreendem e interpretam a história como uma mutabilidade constante, extremamente múltipla e aberta, estabelecidas sobre uma série de conjunturas ou descontinuidades. A partir desse primado, os pós-modernos definem e denunciam a concepção de história da modernidade como uma arbitrariedade teórica que forçou a unidade de uma narrativa única, constituindo-se, assim, muito mais num discurso de legitimação. No curso desse raciocínio, desenvolve-se toda uma crítica às ilusões emancipatórias ofertada pela razão e uma desconstrução de tudo que se apresenta como coerência global, imperativo categórico e ordem natural. A própria noção de realidade passa a ser questionada e, também, a capacidade, através da análise e crítica, de poder compreendê-la, interpretá-la e explicá-la. Decreta-se o fim dos referenciais que fundamentavam o pensamento analítico da modernidade e, junto com ele, os valores que se acreditavam serem permanentes e universais. Tudo é, portanto, incognoscível e tudo é simulacro. Em resumo, a metanarrativa estava em crise e no seu bojo surge uma nova economia do discurso, segundo Jean-Francois Lyotard.¹³

O próprio Lyotard é quem, de uma certa forma, inaugura e fundamenta o primado do fim das metanarrativas. Para esse autor, a modernidade, na sua ânsia de estabelecer uma ordem e controle, levou-a a fundar uma perspectiva social moderna na qual buscou elaborar teorias e explicações que fossem as mais abrangentes possíveis, que pudessem reunir num único modelo e sistema a compreensão totalizante da estrutura e o seu funcionamento universal e social. Segundo o jargão de Lyotard e dos pós-modernos, isso seria as *grandes narrativas*, inclusas numa narrativa mestra, expressão da vontade de domínio e controle da modernidade. Em sua história, fundada no primado da razão e da racionalidade, a modernidade, frequentemente, instituiu sistemas brutais e cruéis de opressão e exploração, personificados, segundo o autor, nos campos de extermínios em massa de Dauchau e Auschwitz, máquinas de morte em escala planetária, or-

ganizada e justificada pelos critérios da racionalidade, e no modelo soviético, que prometia a redenção e uma sociedade mais justa para o homem, mas que se revelou um totalitarismo levado às últimas consequências. Os sistemas ainda se perpetuam na atualidade com as estruturas estatais e nas estruturas organizacionais das grandes empresas capitalistas, regidas pelos critérios da razão e racionalidade, que produzem mais sofrimentos do que felicidade.

A partir dessa ótica, Lyotard e os pós-modernos colocam em dúvida a noção de progresso inserida no cerne da concepção moderna de sociedade, pois essa noção implicou um crescente controle e domínio sobre a natureza e o homem com o avanço constante da ciência e da tecnologia, resultando em consequências indesejáveis. Por outro lado, em termos filosóficos, a noção de progresso revelou a dependência do pensamento moderno de princípios fundamentais, últimos e irredutíveis: ele é fundacional, baseia-se na noção de que o ser humano pode vir a adquirir certas características essenciais (racionalidade, liberdade, autonomia, centralidade e soberania), que podem servir de base para a construção da sociedade, que poderão ser absolutos – axiomas inquestionáveis –, e deverão ser privilegiados em detrimento de outros. A modernidade concede esse privilégio ao homem a partir do domínio da razão e da racionalidade concedido por ela. São esses primados que fazem do sujeito, na perspectiva do pensamento moderno, ser ele um agente livre e autônomo: guiado por sua razão e por sua racionalidade; centrado: está no centro de suas próprias ações; unitário: sua consciência não admite divisões ou contradições; identitário, seguindo Descartes: sua existência coincide com seu pensamento.

Para os pós-modernos, a noção de progresso não é algo necessariamente desejável ou benigno. Nesse sentido, as fundações do pensamento moderno são contingentes, arbitrárias e históricas, o que os permitem colocar em dúvida a autonomia, o centramento e a soberania do sujeito. Portanto, para os pensadores do pós-modernismo, o sujeito não converge para um centro, supostamente coincidente com sua consciência, pois ele é fundamentalmente fragmentado e dividido; não é o centro da ação social; ele não pensa, fala e produz: é

apenas pensado, falado e produzido; não é dirigido do exterior, ele é, apenas, o sujeito moderno, uma ficção.¹⁴

Dentro dessa perspectiva, no lugar das grandes narrativas e do objetivismo do pensamento moderno, Lyotard e os pós-modernos, de uma forma geral, passam a preferir o subjetivismo das interpretações parciais e localizadas, rejeitando as distinções categóricas e absolutas, como propõe o modernismo, e o faz entre os níveis culturais. E vai mais além, dissolve as rígidas distinções entre diferentes gêneros, propondo a intertextualidade, com a fragmentação, o hibridismo, a mistura de gêneros, o pastiche, a colagem e a ironia fazendo parte da forma de expressão do pensamento pós-moderno. Pois toda essa nova perspectiva passa a ser coerente com a emergência de identidades descentradas, múltiplas e fragmentadas da pós-modernidade. Principalmente, num mundo onde o progresso e a democracia são crescentemente desacreditados, no qual a autoridade e legitimidade da epistemologia da modernidade são, também, minadas em seus sólidos critérios pela emergência e saturação de conhecimentos e informações múltiplas e não oriundas da esfera do modernismo.

Os pós-modernistas consideram a história como uma criação de um ou mais autores, no qual o passado é textualmente criado a partir de primados e referenciais fornecidos pelo presente. Propõe, em contrapartida, a reconstrução de um passado contextualizado em seu passado e a consciência de que ele é aleatório e descontínuo. Tomando a perspectiva marxista, poderíamos questionar, inicialmente, como podemos explicar a permanência de continuidades persistente, parecendo coincidências extraordinárias, mas que, por repetidas vezes, organizam e reproduzem os moldes da escassez, opressão e dominação que recaem sobre o homem. Caso não fosse assim, seria de indagar, como Terry Eagleton o faz:

porque a história não está salpicada de episódios de eventual paz e amor; porque a história não apresentou, de tempos em tempos, regimes moralmente exemplares, ou no mínimo dignos de créditos, quando a virtude foi sempre algo raro; ou mais crucial ainda, porque a história parece resistir às transformações definitivas.¹⁵

Para o marxismo¹⁶, acusado pelos pós-modernos de moldarem a mais arrojada e comprometedora das metanarrativas, a bordagem dos contextos históricos é dada a partir da possibilidade de recriar o passado, estudando as suas relações sociais obscurecidas e colocá-las num conjunto mais largo de possibilidades de que foi mais do que uma ficção ideológica de registro dos arquivos tradicionais, voltados para a preservação instintiva do poder. Além do mais, as metanarrativas do marxismo se esforçam para ser o mais coerente e cognoscível com os atores da história, independente da classe em que estão fundamentados. Portanto, ao contrário da perspectiva pós-moderna, na qual o referencial fornecido pelo presente em relação ao passado é muito mais, na maioria das vezes, uma adaptação e/ou subordinação às práticas ideológicas da atualidade, o referencial do presente, na perspectiva do marxismo, volta-se para o passado, independente dos seus sucessos e fracassos, como importante para as classes subalternas do presente, pela crítica e conteúdo histórico que depositam nas lutas políticas contemporâneas.

Por outro lado, a proposição do abandono e negação da metanarrativa levou a uma estruturação especial do passado, presente e futuro, com as descobertas e celebrações dos *outros* e das diferenças, mas não a partir da perspectiva da luta de classes e sim por suas vontades simbólicas e por um exercício de galvanização no qual prevalece a imagética e o princípio político, protegendo contra os efeitos da perspectiva da luta de classe. Assim sendo, promove-se um isolamento de culturas, de sujeitos históricos e de seus contextos históricos, desprendendo-os de uma explicação histórica que se fundamenta em processos político-econômicos e da formação de classe em escala global. Ou como nas palavras de David Harvey:

O pós-modernismo quer que aceitemos reificações e divisões em compartimentos estanques, festejando, na realidade, a atividade de mascarar e esconder todos os fetichismos da localidade, lugar ou grupamento social, ao mesmo tempo em que nega o tipo de metateoria que poderia compreender os processos político-econômicos (fluxos monetários, divisões de trabalho em nível internacional, mercados financeiri-

ros e assim por diante) que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade e abrangência da vida diária.¹⁷

Na realidade, as perspectiva dos pós-modernistas estão mais sintonizadas com a política material desse final de século XX e início de século XXI do que com a teoria. A exclusão premeditada do conceito de classe e dos processos político-econômicos e, no seu bojo, o fim da metanarrativa, imposta muito mais por decreto, condiz com um serviço patrocinado pelos mesmos a atual fase do capitalismo sob a hegemonia do neoliberalismo. Esse serviço pode ser chamado de desconstrução, pois a história, outrora explicada em termos de luta de classe, passa a ser agora explicada de forma diferente: historicizar o passado a partir dos interesses, demandas, paradigmas e autorrepresentação ideológica que o capitalismo atual pressupõe e elaboram para si.

Bryan D. Palmer, analisando a proposição de Patrick Joyce sobre a queda ou recuo do conceito de classe e a necessidade de explicar a história britânica, não mais a partir da luta de classes, mas a partir de outras formas trazidas à luz supostamente pela história recente da Grã-Bretanha, esclarece-nos, de forma precisa, as implicações e conveniências ocultas na noção de desconstruir:

‘Desconstruir’ uma declaração dessa ordem implica denunciar a crueza visível de seu conteúdo, que revela uma decepcionante semelhança com a revista **Times**. Mesmo que as tendências na década de 1990 fossem inequivocamente do tipo mencionado por Joyce, isso enfaticamente **não** implica que os significados analíticos desse período de suposta mudança poderiam ser agrupados num pacote promocional e transferidos para uma sociedade passada, inteiramente diferente dela (...) Não será por demais doentio que supostos intelectuais estejam trocando sua integridade interpretativa pela moeda grosseira do modismo político, suas idéias supostamente puras gotejando juntamente com a política inteiramente partidária de um dado período histórico?¹⁸

Continuando o autor:

(...) Marx não escreveu que ‘as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes’ e não sugeriu que, em momentos de ‘esforços entusiásticos por inovação’ - o que é certamente uma característica do pós-moderno -, essas idéias poderiam muito bem resultar ‘em uma dominação mais profundamente enraizada da velha rotina’? O materialismo histórico sugeriria que há uma profunda diferença entre trajetória da economia política em uma época (e suas ideologias concomitantes), e as relações sociais concretas da produção e da contestação em outro período histórico. Joyce provoca o desmoronamento de ambos.

Ao assim agir, ele presta um desserviço, mais uma vez, tanto ao passado quanto ao futuro. Isso porque, embora sua listagem simplificada, tipo catálogo, da evolução da marchada derrota da esquerda tenha alguma ressonância em termos de desenvolvimento político-econômico contemporâneo, ele convenientemente subestima a presença de outras dimensões. Sua explicação é unilateral e distorcidamente unidimensional¹⁹.

Mas os pós-modernos não vão se restringir só a criticar a metanarrativa e a prestação de serviços de desconstrução, irão desenvolver ou propor um método e/ou concepção de história. A mais bem acabada proposta está contida no livro intitulado *Como se escreve a história*, de Paul Veyne. Nessa obra, partindo de uma reflexão, calcada na perspectiva desconstrutivista, sobre o discurso do historiador e inspirado nos paradigmas desenvolvidos por Foucault, o autor pressupõe que as metanarrativas, os modelos de razão e racionalidade orientados, a conscientização do sujeito e a ideia de totalidade são ilusões e nada mais são que um caso irrecuperável de metafísica. Para ele, a história faz parte do caldeirão sublimar da desordem e do acaso, e não se pode, portanto, ter pretensões de estabelecer e/ou criar um princípio único e lógico que pode ser compreendido, interpretado e explica-

do (nomotético). A história só pode reconstituir o como, a descrição do que se passou, e não a explicação do porquê. Os seus campos não têm limites, pois tudo é história, contudo, afirma o autor, só existem histórias parciais. Assim sendo, o historiador é impelido a ser um positivista, ele deve atuar no sentido de reconstruir, descrever e fixar as representações dos sinais que representam os objetos (ideografia). A fixação dos sistemas de sinais constitutivos fixa o discurso que revela as práticas discursivas e elas mesmas evidenciam não a existência da História com maiúscula, mas apenas a existência de *histórias de...* Ou seja, não existem continuidades e reconstituições, todas são falsas e falaciosas, respectivamente.

Como método, Paul Veyne pressupõe que a descrição das práticas discursivas das pessoas são as únicas fontes de explicação, pois as palavras se sobrepõem ao real e fazem crer na naturalidade das coisas. Não há, portanto, segundo o autor, uma razão e racionalidade histórica que produzem os discursos, pois o discurso possui uma autonomização que não revela o real e que se mantém à margem do referente. A história é, portanto, um esquema relacional forjado por relatos, intrigas, tramas e descontinuidades e que possui somente função descritiva.

A atitude de Veyne descamba para uma negação quase total da origem do conhecimento histórico a partir de princípios da razão e da racionalidade, pois só a soma das impressões e das sensações subjetivas, segundo o autor, expressas nas práticas discursivas, revelam as experiências e as especificidades do que se pode caracterizar como histórico. Na realidade, Veyne se volta para o empirismo e o leva ao seu ápice, contenta-se em narrar, comentar e descrever os estratos dos acontecimentos, mas sem integrá-los nos esquemas explicativos da razão e da racionalidade. A consequência imediata é uma leitura acrítica das fontes e acontecimentos e da aceitação, como realidade de fato, das autorrepresentações ideológicas, seja de que cunho for que os sujeitos históricos fazem de si, excluindo-se as determinações históricas e as mediações sociais, políticas, econômicas e culturais que produzem as práticas discursivas. O percurso proposto por Paul Veyne o leva à instituição do primado do significativo sobre o significado e da descontinuidade sobre a continuidade, valorizando o fragmento e opon-

do à universalidade do discurso histórico a multiplicação de objetos singulares.

De uma certa forma, Paul Veyne preconiza uma espécie de neopositivismo, não no sentido de Auguste Comte, que buscava a lei por trás da repetição, mas calcado na fascinação pelo fato bruto, pelo factual como ponto de partida e único nível de inteligibilidade. Esse percurso de Veyne leva-nos a detectar o anúncio de uma dupla impotência: a do historiador poder aspirar à visão global e a do homem agindo na história. Assiste-se, portanto, a uma decomposição do real no plano das descrições e o advento do paradigma de que o homem perdeu toda eficácia e capacidade de agir sobre o real.

O sujeito descontínuo de Paul Veyne e dos pós-modernos é, contraditoriamente, uma outra forma de idealismo, para qual a sua liberdade reside na oportunidade e possibilidade de interpretar o mundo de modo diferente e não de transformá-lo. Ao mesmo tempo, criam um dos dogmas mais comuns no seu receituário: o recurso intuitivo à *experiência*, que, para eles, é absoluto devido à impossibilidade de ser negado. O que os leva a projetar o passado e o futuro no presente, acenando com um historicismo que estuda os objetos a partir das origens e desenvolvimento preconizados pelo presente, vinculando-o às condições concretas do mesmo. A história é, nesse sentido, aprisionada no presente dentro de si mesma, com o presente sendo suficiente para lhe definir a sua natureza e valor. Portanto, não há realidades transistóricas embaraçantes e não existiria, assim sendo, algo singular chamado história, pois existir historicamente, para os pós-modernos e Veyne, significa transpor o esquema falsificador da História.

Em resumo, a concepção de história pós-moderna se volta para aquilo que ela mesma tentou desconstruir na concepção de história da modernidade: criação de objetivos e leis. Só que, diferente da modernidade, o sujeito histórico não age sobre o seu real e o passado, presente e futuro independente dele. Cria-se, portanto, um novo *telos* que atua sobre o homem e o coisifica, contrapondo-se ao *telos* da modernidade, que preconizava a promessa e uma utopia de uma sociedade mais justa, construída a partir do agir dos homens na história. Pois a modernidade sabia e sabe que a história continua e continuará e ela para a grande maioria de homens e mulheres que nela viveram e

morreram, vivem e morrem e viverão e morrerão, constitui-se um relato de incessante trabalho e opressão, de sofrimento e degradação que precisa ser superado. Caso contrário, a história só terá a função daquilo que nos aponta Francois Dosse, quando faz referência ao destino da produção historiográfica calcada nos paradigmas da pós-modernidade:

A história que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher vazios, para romper o isolamento dos subúrbios de passado sem memória. O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranquiliza. Assim, chamam-no com maior frequência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador. Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do quotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fale de uma aldeia, das mulheres, dos imigrantes, dos marginais... Sobre este campo de investigação novo, a etnologia interna alimenta-se da crise da noção de progresso e desabrocha em um ‘presente imóvel’.²⁰

3 História, metanarrativas e marxismo

Ao estudar a sociedade capitalista, Marx desenvolveu plenamente o seu método de investigação e crítica. Tomando-a como objeto de estudo e crítica, ele tendeu a privilegiar o modo de produção e reprodução da vida material no capitalismo, estabelecendo-o como ponto de partida e chegada da sua construção histórica e buscando averiguar os modos de produção e reprodução da vida material que o antecederam e o engendraram. Essas opções de análises e críticas delegaram a Marx a pecha de construtor de esquemas simplistas e

mecanicistas de tipo econômico-deterministas e de uma concepção teleológica da história. Eric Hobsbawm rebate essas críticas dirigidas a Marx, afirmando que queiramos ou não queiramos, independentes da posição teórica e política que tenhamos e de nossos interesses e necessidades,

é a crescente emancipação do homem em relação à natureza e sua capacidade crescente de controlá-la que faz com que a história como um todo (embora nem toda área e período dentro dela) seja ‘orientada e irreversível’ [e é isto que torna a hierarquia dos níveis] necessária para explicar por que a história tem uma **direção**.²¹

Continuando, o autor, o progresso do controle do homem sobre a natureza não envolveu apenas mudanças, mas *relações sociais de produção* [que implicam] *uma certa ordem na sucessão dos sistemas econômicos*.²² Pois *Marx provavelmente não acreditava que fossem* [a lista de formações apresentadas no *Prefácio* uma corrente cronologicamente sucessiva], *e muito menos uma teoria de evolução linear universal*.²³ Entretanto, não podemos requerer que *certos fenômenos sociais não possam ser concebidos na história como anteriores a outros*,²⁴ mas, também, não podemos conceber uma ordenação simplesmente a partir da sua dimensão tecnológica ou econômica e sim ordená-la em termos de seus sistemas sociais.²⁵ Pois, ainda Hobsbawm, *as relações sociais de produção e reprodução (ou seja a organização social em seu sentido mais amplo) e as forças materiais da produção não podem ser divorciadas*.²⁶

O próprio Marx não deixa dúvidas quanto às colocações de Hobsbawm na seguinte passagem do *Prefácio*:

Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, política, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas

quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.²⁷

O enfoque de Marx na base econômica e na superestrutura deve ser compreendido, em primeiro lugar, como: *uma hierarquia dos fenômenos sociais*, e, em segundo lugar,

na existência no interior de todas as sociedades de tensões internas ('contradições') que contrabalançam a tendência do sistema a se manter como um interesse vigente.²⁸

Nesse sentido, Hobsbawm ressalta, apropriadamente, a categoria de sistema em Marx, que segundo Daniel Sousa²⁹, pode ser, na atualidade, definida como um todo de elementos em inter-relação e interdependência de modo que se compreenda tudo que é estático e dinâmico, determinante e determinado, não segundo os conceitos lineares de causalidade e de leis, mas, unicamente, de acordo com essa interconexão de elementos. Marx, segundo o mesmo Daniel de Sousa, tinha consciência da:

inter-relação e inter-dependência de elementos num todo como entidade diferente das suas partes, pois tal conexão na forma de relações de causalidade ou leis se refere a um todo como unidade ou entidade – um sistema – e, não a situações dispersas meramente universais e gerais e muito menos singulares, particulares, caóticas ou de mero acaso. Isto significa que os postulados de causalidade e de leis são repudiados mais por falta de referência que se limite e concretize numa unidade, num todo ou sistema, e não

porque tais princípios são exclusivamente das ciências naturais.³⁰

É o conhecimento dessa complexidade que vai permitir a Marx explicar *por que e como as sociedades mudam e se transformam: em outras palavras, os fatos da evolução social, (...) a existência da estrutura social quanto a sua historicidade, ou em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança*.³¹ Dessa forma, fica difícil conceber em Marx um determinismo econômico, e muito menos algumas impropriedades das noções naturalistas, algum viés de explicação mecanicista e linear de causalidade e de leis, mas apreender que o seu conceito de móbil do desenvolvimento e mudanças sociais está expresso na resolução da contradição entre forças e formas de produção³². Provavelmente, Marx tivesse em mente algo similar às conclusões de Witold Kula:

A sociedade que constantemente colhia menos grãos do que semeara teria que, ou mudar sua técnica, ou emigrar para outro território, ou arranjar outra solução. Continuando como antes, pereceria. Não se comportaria racionalmente.³³

Em outras palavras,

uma formação nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou pelo menos, são captadas no processo de seu devir.³⁴

Nesse sentido, o modo de produção e reprodução da vida material é o fundamento para a sobrevivência e existência do homem, sobre ele se ergue o econômico, o social, o político e o cultural, bem como se forjam e se estabelecem as mediações que personificam os indivíduos, os grupos sociais e as instituições. Em outras palavras, os esquemas simples e mecanicistas de tipo econômico-deterministas e de uma concepção teleológica da história são mais apropriados aos que foram classificados de marxistas vulgares, que, segundo Eric Hobsbawm, a maioria não lia muito além da primeira página do *Manifesto Comunista*.³⁵

Marx tinha, de certa forma, uma concepção finalista da história. Para ele, a sociedade capitalista era a última fase da pré-história dos homens e classificava assim todos os períodos que antecedem o capitalismo, inclusive este, por serem marcados pela predominância da relação entre explorados e exploradores. Pois, enquanto perdurar esta relação, os homens tendem a ter a sua liberdade cerceada e a sua alienação fomentada.

É ciente dessa realidade histórica que Marx faz a seguinte afirmativa:

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade.³⁶

Ou seja, para Marx, o motor da pré-história é as contradições e conflitos vividos entre as classes sociais.

A concepção de história de Marx e do marxismo é bem mais pluralista do que aquela aventada pelos pós-modernos, seja examinando uma conjuntura histórica (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*) ou explorando a temporalidade de um modo de produção (*O Capi-*

tal). Para Marx e os marxistas, o objetivo da análise não era o geral, mas o concreto, evidenciando a impossibilidade de construir o concreto sem categorias gerais. Ocorre que os devotos do fragmento e da descontinuidade desconfiam da ideia de continuidade porque ela cheira a uma mentalidade falsamente homogeneizadora, na qual evocam o espectro de uma tradição reverenciada e que carrega consigo uma implicação de progresso revoltantemente presumida. Mas existem tradições libertadoras tanto quanto opressivas. O pensamento marxista presume que houve, de fato, uma grande narrativa, mas isto é mais uma lamentação do que uma celebração; e, para ele, o preço de desacreditar as grandes narrativas é uma traição aos que fizeram a história e a estão fazendo e desconhecer as realidades obstinadamente persistentes de miséria e exploração. Ou como afirma Eric Hobsbawm, para finalizar:

A postura que adotamos com respeito ao passado, quais as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situemos no continuum de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente (...) Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa. Podemos aprender coisas erradas - e, positivamente, é o que fazemos com frequência -, mas se não aprendermos, ou não temos nenhuma oportunidade de aprender, ou nos recusamos a aprender de algum passado algo que é relevante ao nosso propósito, somos, no limite, mentalmente anormais.³⁷

Notas

* Professor de História Antiga e Contemporânea da UNICAP e de História antiga e Medieval da UFRPE.

¹ Fazemos esta menção em virtude de hoje haver uma série de definições usando o prefixo pós (pós-modernos, pós-críticos, pós-estruturalistas) para classificar um conjunto de pensadores e críticos que se colocam em oposição à tradição filosófica e científica fundamentada nos paradigmas da modernidade. Para o nosso texto, usaremos a denominação **pós-moderna**

por ser a mais usual e por muitos desses pensadores e críticos enfocados aceitarem tal designação.

- ² Existe um leque de diversos críticos que realizam essa avaliação da História produzida pela tradição modernista, entre os quais podemos citar LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, com a sua crítica às metanarrativas históricas; VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UNB, 1998, que, na condição de suposto herdeiro da linha de pensamento fundada por Foulcaut, busca escrever uma História a partir de singularizações, pesando-a do ponto de vista da linguagem e do discurso; e da coletânea de análises e críticas sobre as formas de fazer a História; BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Porto: Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1990, no qual os autores, a partir de um consenso recente da historiografia francesa, apresentam uma síntese das críticas realizadas em relação às concepções de História de caráter totalizante, principalmente, àquela fundamentada na tradição marxista. Os autores que acabamos de relacionar serão aqui utilizados para como referenciais da crítica que aponta a História produzida pela modernidade como de caráter teleológico.
- ³ Os críticos da modernidade, fundados nos paradigmas da pós-modernidade, e os mentores de uma certa cultura calcada em juízos de valores utilizam a palavra **arcaico** com o significado de velho e anacrônico, que se contraporía ao significado de atual e bom que a palavra **moderno** deteria para si. Contudo, os mesmos, delegam a responsabilidade da construção desses significados aos arquitetos da modernidade, de Hegel a Habermas, sem, contudo, averiguarem que na tradição da modernidade a palavra **arcaico** ganha um significado daquilo que foi, em termos cronológicos, anterior e/ou o período no qual ocorreram os fundamentos que os tempos posteriores alteraram, no qual predominava uma concepção de mundo e vida que tinha como referenciais os mitos e a religião, ao qual se sucedeu uma fase, a **moderna**, caracterizada por uma separação e autonomia das diversas esferas da vida social, econômica, política e cultural do poder autoritário e dogmático da religião e da autocracia que tudo procurava fazer orgânico e totalizado em prol de uma ordem e hierarquia dominante na fase anterior. Na fase que se sucede, haverá uma predominância do pensamento analítico, contrapondo-se a hegemonia do pensamento analógico da fase anterior, e dos referenciais pensantes.
- ⁴ Fazemos aqui referências às temáticas desenvolvidas por DELEUZE, Giles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992; GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- ⁵ ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 317.
- ⁶ ROUANET, Sergio Paulo, *op. cit.*, p. 318.
- ⁷ Idem, p. 319.

- ⁸ BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*, in **Obras Escolhidas**. Vol. I, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 222-232.
- ⁹ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 222.
- ¹⁰ Idem, p. 227-228.
- ¹¹ Idem, p. 229.
- ¹² Idem, p. 230-231.
- ¹³ Trabalhamos aqui com as colocações apresentadas por LYOTARD, Jean-Francois, *op. cit.*
- ¹⁴ Sobre as discussões da conjunção conhecimento/poder, numa perspectiva pós-moderna, consultar: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988; e, do mesmo autor, *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ¹⁵ EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 57
- ¹⁶ Para as críticas que desenvolveremos neste segmento, utilizamos o capítulo intitulado *História*, in EAGLETON, Terry, *op. cit.*, pp. 51-71; e o artigo de PALMER, Bryan D. *Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista*, in WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, pp. 74-83.
- ¹⁷ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 116-117.
- ¹⁸ Para uma melhor compreensão das críticas de Brian D. Palmer, transcrevemos nesta nota a citação do texto de Patrick Joyce que o autor transcreve em seu artigo: *Há um sentido forte no qual se pode dizer que a classe ‘caiu’. Em vez de ser uma categoria superior de explicação histórica, a classe tornou-se uma palavra entre muitas, compartilhando de uma igualdade aproximada com essas outras (o que é o sentido em que entendo a ‘queda’ da classe). As razões desse fato não são difíceis de encontrar. Na Grã-Bretanha, a decadência econômica e a reestruturação levaram à desintegração do velho setor do emprego manual e do que era, equivocadamente, considerado como classe operária ‘tradicional’. A ascensão da direita a partir da década de 1970 e a decadência da esquerda, juntamente com a dos sindicatos, apontaram para uma direção semelhante à da mudança econômica, para um afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. As mudanças ocorridas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo ocidental.* In PALMER, Bryan D., *op. cit.*, p. 79.
- ¹⁹ Utilizamos para análise e crítica da concepção de história de Paul Veyne duas traduções para o português de sua obra: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983; e VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: Editora UNB, 1998. A

- primeira possui uma versão integral da obra publicada pela Éditions du Seuil, em 1971, enquanto que a segunda omite alguns capítulos, mas contém um artigo pertinente do autor sobre a concepção de história em Foucault, inclusive com seu título sendo acoplado a título original da obra.
- ²⁰ DOSSE, Francois. **A história em migalhas**. São Paulo: Editora da UNICAMP/ Editora Ensaio, 1992, p. 14.
- ²¹ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 166. (grifo nosso)
- ²² HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 166.
- ²³ Idem. p. 166.
- ²⁴ Idem. p. 166.
- ²⁵ Idem. p. 166.
- ²⁶ Idem. p. 167.
- ²⁷ MARX, Karl, *Prefacio, op. cit.*, pp. 25-26.
- ²⁸ HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 162.
- ²⁹ Consultar SOUSA, Daniel. **Teoria da história e conhecimento histórico**. Lisboa, Livros Horizontes, 1982, p. 20.
- ³⁰ SOUSA, Daniel, *op. cit.*, p. 20.
- ³¹ HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 162-163
- ³² SOUSA, Daniel, *op. cit.*, p. 20.
- ³³ Citação contida in FRAGOSO, João e MANOLO, Florentino. *História Econômica*. in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997, p. 34.
- ³⁴ MARX, Karl, *op. cit.*, p. 26.
- ³⁵ Idem. p. 160.
- ³⁶ MARX, Karl, *op. cit.*, p. 26.
- ³⁷ Idem. p. 36.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Vol. I, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Porto: Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

DELEUZE, Giles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOSSE, Francois. **A história em migalhas**. São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora Ensaio, 1992.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUSA, Daniel. **Teoria da história e conhecimento histórico**. Lisboa, Livros Horizontes, 1982.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.